

**SELEÇÃO DE DISCENTES PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
EDITAL Nº 11/2019**

LEIA COM ATENÇÃO E SIGA RIGOROSAMENTE ESTAS INSTRUÇÕES

1. A Prova Teórica Escrita (Objetiva) terá a duração de 3 horas, incluindo o tempo para o preenchimento da folha de respostas e as orientações iniciais sobre o processo de aplicação das provas.
2. A Prova Teórica Escrita (Objetiva) será composta por 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A, B, C, D e E) e uma única resposta.
3. Examine se o seu caderno de provas está completo e se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Nenhuma reclamação será aceita após trinta minutos do início da prova.
4. Decorrido o tempo determinado pela Coordenação Local, será distribuída a folha de respostas, a qual será o único documento válido para a correção da prova.
5. Ao receber a folha de respostas verifique se seus dados estão corretos.
6. Eventuais erros de digitação de nomes e números de inscrições deverão ser corrigidos no dia das provas, registrados em Ata, pelos fiscais de salas.
7. Assine a folha de respostas no espaço reservado para este fim.
8. Não amasse nem dobre a folha de respostas, para que não seja rejeitada pela leitura ótica.
9. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
10. Não serão considerados os pontos relativos a questões quando, na folha de respostas, forem assinaladas mais de uma resposta, ou houver rasura, ou marcação a lápis, ou não for assinalada nenhuma alternativa.
11. É vedado o uso de qualquer material, além da caneta esferográfica (tinta azul ou preta) para marcação das respostas.
12. Qualquer forma de comunicação entre os candidatos implicará em sua eliminação.
13. É vedada a saída do candidato do recinto da prova sem autorização e acompanhamento do fiscal de sala.
14. O candidato somente poderá ausentar-se definitivamente do recinto da prova após decorrida 01 (uma) hora de sua realização.
15. Ao terminar a prova, o Participante entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala a sua folha de respostas assinada (conforme a assinatura constante do documento oficial de identidade original com foto que fora apresentado) e o seu caderno de provas.
16. Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente, tendo que registrar sua assinatura em Ata.

01. (Instituto AOCP - 2019 - PC-ES) De acordo com a Lei nº 11.340/2006, que trata da violência contra a mulher, a violência psicológica é uma das formas de agressão possíveis. Considerando o exposto, qual alternativa apresenta uma das formas de violência psicológica descritas nessa Lei?

- A) Abuso de álcool.
- B) Controle de crenças.
- C) Episódios de raiva.
- D) Falta de controle de impulsos.
- E) Agressões físicas.

02. (UECE-CEV - 2018 - Prefeitura de Sobral) De acordo com a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha, a conduta que configure calúnia, difamação ou injúria praticada contra a mulher é classificada como violência:

- A) emocional.
- B) relacional.
- C) psicológica.
- D) moral.
- E) física.

03. (FCC - 2018 - Prefeitura de Macapá-AP) Para algumas mulheres que vivem situação de violência doméstica, a atividade profissional pode ser percebida como um momento de “escape”. No entanto, seu contexto de vida pode influenciar em sua produtividade e condições de manutenção do seu emprego. A Lei Maria da Penha, conforme o parágrafo 2º do artigo 9, garante a essa mulher:

- A) a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
- B) assessoria e, quando necessário, o afastamento do local de trabalho, por até nove meses.
- C) apoio psicológico para preservar sua integridade física e psicológica no local de trabalho.
- D) mediação de conflitos para preservar sua integridade física e psicológica e da sua família.

E) o afastamento do local de trabalho, quando necessário, por até um ano.

04. (UPENET/IAUPE - 2014 - SES-PE) Em relação aos fundamentos teóricos e empíricos que subsidiam a compreensão das condições de assistência à mulher vítima de violência, assinale a alternativa INCORRETA.

A) Quando a violência contra a mulher é cometida pelo parceiro, no contexto de uma relação afetivo-sexual, independentemente de ser uma relação estável legalizada, temos a violência conjugal.

B) Distorções cognitivas, como a minimização e negação da violência, mais do que a passividade, podem demonstrar uma estratégia defensiva para a sobrevivência face à ameaça vivenciada com o parceiro.

C) Para a mulher, os fatores que dificultam o rompimento do relacionamento podem ser subjetivos (autoconceito negativo), econômicos (dificuldade financeira) e socioculturais (estigma da separação).

D) As mulheres vitimadas estão, geralmente, isoladas da família e da comunidade, o que facilita o controle do agressor; assim, é necessário que a assistência se organize numa rede articulada de apoio.

E) A introjeção de um sentimento de nulidade pela mulher decorre, em geral, de seu assujeitamento passivo diante do homem, oriundo de uma tendência masoquista, satisfeita na agressividade do parceiro.

05. (FGV - 2014 - DPE-RJ) No ano de 2007, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República lançou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, o qual posteriormente subsidiou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Esse tipo de violência é um fenômeno:

A) multicausal em que a maior parte dos agressores não são conhecidos pelas vítimas.

B) que está em franca transformação, pois os homens representam hoje a maioria das vítimas de violência doméstica (65,8%).

C) transcultural que não está associado às estatísticas de homicídios cometidos contra as mulheres.

D) que se expressa nas relações interpessoais na qual majoritariamente o agressor é conhecido pela vítima.

E) interpessoal que ocorre prioritariamente nas classes pauperizadas.

06. (PR-4 UFRJ - 2018) Teresa comparece ao ambulatório para atendimento psicológico, após várias consultas no clínico geral, que a identificou como poliqueixosa, com dores de cabeça, musculares, insônia, agitação, entre outros sintomas não específicos. Na entrevista, mostra-se agitada e impaciente, fala de como sua vida é perfeita, dentro dos rigores da sua fé, com filhos muito bem-criados, um marido amoroso e prestativo, sem nenhum problema grave ou dificuldade que justifique o encaminhamento. Ao falar sobre o marido, sua voz claudica, leva a mão ao braço direito, onde é possível identificar um hematoma que ela, de forma recorrente, tenta disfarçar puxando a manga do vestido.

É correto afirmar que a conduta do psicólogo(a), no atendimento de Teresa, deve ser:

A) encaminhá-la para sua instituição religiosa, para que possa ser orientada pelo seu líder espiritual, já que relata não haver nenhum problema psicológico.

B) emitir laudo e enviá-lo à Delegacia de Mulheres mais próxima, para fazer registro de violência doméstica contra o marido.

C) promover uma escuta ativa, como maneira solidária de administrar o diálogo e formar laço de confiança para que Teresa sinta-se compreendida e respeitada.

D) agendar um encontro com a família, para estabelecer diagnóstico sistêmico mais preciso a partir da avaliação da dinâmica do grupo familiar.

E) notificar a usuária de que ela sofre violência doméstica e deve denunciar o marido e abandonar sua casa imediatamente.

07. (IADES - 2019 - SEASTER-PA) A Lei nº 11.340/2006, chamada Lei Maria da Penha, cria

mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Para efeitos de proteção da lei, é considerada violência doméstica contra a mulher:

A) qualquer ação ou omissão com base no critério biológico de diferença sexual que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

B) qualquer ação ou omissão com base no patrimônio que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral.

C) qualquer ação ou omissão com base no gênero que lhe cause apenas morte.

D) qualquer ação ou omissão com base no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

E) qualquer ação ou omissão com base no gênero que lhe cause apenas lesão leve.

08. (FCC - 2018 - Prefeitura de Macapá-AP) A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, ao agressor:

A) a determinação de mudança de emprego.

B) a definição de dias para visitas aos filhos.

C) a suspensão de visitas aos dependentes menores.

D) a audiência de conciliação do casal.

E) o contato com acompanhamento policial.

09. (FUNRIO - 2014 - IF-BA) Podemos considerar que é uma das formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

A) a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal, desde que haja contato físico e marcas evidentes.

B) a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe

prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações.

C) a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; sendo aceitável quando consentida.

D) a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, desde que seja substanciada a termo não sendo considerada quando há cessão de bens previamente.

E) a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria, tendo como base, somente, os depoimentos testemunhais.

10. (IBADE - 2017 - PC-AC) Assinale a hipótese que contempla um crime de violência doméstica (art. 129, § 9º, CP).

A) Bertoldo, em casa, ao efetuar reparos em um lustre, culposamente deixa cair uma ferramenta sobre a cabeça da esposa, que segurava a escada, ferindo-a levemente.

B) Casemiro, desejando lesionar a própria mãe, tenta golpeá-la com um bastão, mas erra o alvo, atingindo um vaso. Aterrorizada, a vítima se encolhe esperando novo golpe, mas Casemiro, que poderia prosseguir com a ação, se apieda, cessando a execução do crime.

C) Marinalva, que coabita com a amiga Soraia, irritada com o fato de a amiga não ajudar na limpeza da casa, dá um empurrão nesta, que se desequilibra e bate com a cabeça na parede, ficando desacordada por cinco minutos. Ao acordar, a vítima, apesar de sentir dores por dois dias, se recupera plenamente, contando com a assistência de Marinalva, a qual não pretendia o resultado.

D) Manolo, ao chegar bêbado em casa e sem qualquer intenção especial, passa a bater em seu filho Ernesto, de 18 anos, que, por respeito ao pai, não revida. No evento, Ernesto suporta lesões leves.

E) Durante uma discussão com a ex-esposa sobre a guarda dos filhos, Gervásio desfere um soco na boca da mulher, quebrando vários de

seus dentes, o que, consoante laudo pericial, lhe causa debilidade permanente de função.

11. (COPEVE-UFAL - 2012 – MPE-AL) A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi estruturada a partir do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Analisando as assertivas abaixo elencadas, tendo como foco a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

I- Encontra-se em consonância com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elaborado com base na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e reafirmada na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2007), com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e com convenções e tratados internacionais, tais como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1981), Convenção sobre a Biodiversidade (Rio de Janeiro, 5/6/92), e a Convenção Internacional contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Convenção de Palermo, 2000).

II- Com a construção coletiva do Plano Nacional de Políticas para Mulheres (2004-2007), consolida-se o eixo de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e, assim, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas passam a envolver diferentes setores do Estado voltados para garantir os direitos das mulheres a uma vida sem violência.

III- São consideradas tipos de Violência contra a Mulher: a violência doméstica (ocorrida no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto e expressa através da violência física, psicológica, sexual,

patrimonial, moral); o tráfico de mulheres; a violência sexual; a exploração sexual comercial de mulheres adolescentes/jovens; e a violência institucional.

IV- A noção de enfrentamento abrange as dimensões do combate, da prevenção, da assistência, da promoção, da educação, da segurança pública, da cultura e do acesso à justiça.

V- Dentre as diretrizes desta Política, pode-se considerar: estruturar a Redes de Atendimento à mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal; e reduzir os índices de violência contra as mulheres.

Verifica-se que estão **INCORRETAS**:

- A) III e IV, apenas.
- B) II, III e V, apenas.
- C) I e V, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, IV e V, apenas.

12. (FGV - 2019 - DPE-RJ) A inquirição de mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica, quando se tratar de crime contra a mulher, obedecerá às seguintes diretrizes:

- A) garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas;
- B) comparecimento dos filhos como testemunhas da violência doméstica cometida. No caso de filhos menores, estes testemunharão utilizando-se do Depoimento sem Dano;
- C) preparação emocional da mulher em situação de violência e suas testemunhas (quando houver), por equipe multidisciplinar, para a confrontação dos fatos com o agressor;
- D) atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – preferencialmente do sexo feminino – previamente capacitados;
- E) integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública e assistência social, a partir do relatado pela vítima e suas testemunhas.

13. (CESPE - 2017 – MPE-RR) Tendo em vista que a violência doméstica contra a mulher ainda é um problema social grave no Brasil, apesar da sua redução com o advento da Lei Maria da Penha, assinale a opção **CORRETA** com relação aos crimes advindos da prática de violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar.

A) O feminicídio, homicídio praticado contra a mulher em razão do seu sexo, consiste na violência doméstica e familiar ou no menosprezo ou discriminação à condição de mulher, com hipóteses de aumento de pena por circunstâncias fáticas específicas.

B) O processamento de crimes praticados em situação de violência doméstica se dá por meio de ação penal de iniciativa pública incondicionada, segundo entendimento do STF.

C) O crime de estupro é processado por meio de ação penal de iniciativa pública condicionada à representação, da qual a vítima pode retratar-se mesmo após o oferecimento da denúncia.

D) Os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher estão taxativamente elencados na Lei Maria da Penha.

E) Qualquer tipo de crime cometido contra a mulher é caracterizado como situação de violência doméstica.

14. (VUNESP - 2015 - HCFMUSP) A inserção e o enfrentamento da temática da violência pelo campo da saúde pública procedem do fato de essa temática estar preocupada com as vítimas a fim de:

A) repreender e encontrar culpados por suas causas.

B) trabalhar para a promoção da saúde e qualidade de vida.

C) proceder à implementação da repressão e notificação da mídia.

D) evitar a superlotação nos serviços de emergência dos hospitais.

E) encaminhar para a segurança pública, sem necessidade de trabalhar a promoção de saúde.

15. (FCC - 2018 - DPE-AP) A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher – “Convenção de Belém do Pará” estabelece que:

A) sua abrangência está restrita a regular os direitos civis e políticos das mulheres, como, por exemplo, a vida e a integridade física e psíquica, não tratando dos seus direitos econômicos, sociais e culturais.

B) violência contra a mulher é qualquer ato ou conduta baseado no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, restrita à esfera privada.

C) a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local, bem como a perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

D) os Estados Partes deverão incluir nos relatórios nacionais à Corte Interamericana de Direitos Humanos informações sobre as medidas adotadas para prevenir e erradicar a violência contra a mulher.

E) os Estados Partes e a Comissão Interamericana de Mulheres poderão solicitar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos parecer sobre a interpretação da Convenção.

16. (UPENET/IAUPE - 2017 – UPE) Sobre a “Lei Maria da Penha”, assinale a alternativa INCORRETA.

A) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas públicas de proteção e emergencialmente quando for o caso.

B) O juiz determinará, por prazo indeterminado, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas

assistenciais do governo federal, estadual e municipal.

C) O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, e, quando necessário, o afastamento do local de trabalho, por até 6 meses.

D) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.

E) A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não governamentais, tendo por diretrizes, dentre outras, o respeito, nos meios de comunicação social, aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a coibir os papéis estereotipados, que legitimem ou exacerbem a violência doméstica e familiar.

17. (CESPE - 2018 - SEFAZ-RS) A Lei Maria da Penha estabelece deveres a serem observados pela autoridade policial no atendimento à mulher em situação de violência doméstica. A respeito desse assunto, julgue os seguintes itens.

I- A mulher deverá ser mantida no lar com escolta policial até que seja encerrado o inquérito ou até que seja concedida medida protetiva de urgência.

II- A autoridade policial deverá garantir que a mulher não tenha contato direto com o agressor ou com pessoas a ele relacionadas, salvo se por meio de familiares e testemunhas.

III- É direito da mulher o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores — preferencialmente do sexo feminino — previamente capacitados.

IV- A autoridade policial deverá garantir que não haja revitimização da mulher que tenha sofrido violência familiar, evitando sucessivas inquirições sobre sua vida privada.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e IV estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Apenas os itens III e IV estão certos.

18. (CONSULPLAN - 2018 - Câmara de Belo Horizonte-MG) Com fundamento na Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e no parágrafo 8º do art. 226 da Constituição Federal, a Lei nº 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha) criou procedimentos e juizados especiais de competência cível e criminal, para coibir a violência doméstica e familiar. Entre as novas definições estão, EXCETO:

- A) Vedou a entrega da intimação do agressor pela própria agredida.
- B) Tornou possível a desistência do processo, pela mulher, na delegacia, dispensando que o mesmo seja feito perante o juiz.
- C) Possibilitou a prisão em flagrante e alterou o Código de Processo Penal, para possibilitar ao juiz, a decretação de prisão preventiva do agressor, se houver riscos à integridade física ou psicológica da agredida.
- D) Retirou dos juizados especiais criminais a competência para julgar esses crimes, excluindo de sua punição as penas pecuniárias (como cesta básica e multa), aumentando a pena de prisão para três meses a três anos e agravando-a de um terço se mulher com deficiência.
- E) A mulher deverá estar acompanhada de advogado ou defensor em todos os atos processuais.

19. (AOCP - 2013 - INES) Segundo a Lei Maria da Penha no Artigo 8º “A política pública que visa coibir a violência doméstica e

familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes, EXCETO:

- A) a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.
- B) o respeito dos valores éticos e sociais da pessoa e da família, de forma a estimular os papéis estereotipados para divulgar o tema “violência doméstica e familiar” pelos meios de comunicação.
- C) a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de promoção de parceria entre órgãos governamentais ou entre estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.
- D) a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.
- E) a implementação de atendimento policial especializado para as mulheres, em particular nas Delegacias de Atendimento à Mulher.

20. (CONSULPLAN - 2017 - TRF - 2ª REGIÃO) Os dados da violência contra a mulher no Brasil comprovam a persistência do patriarcado no país, além de atestarem a ausência de políticas capazes de prevenir e enfrentar a violência. São 5 espancamentos a cada dois minutos (Fundação Perseu Abramo/2010); 1 estupro a cada 11 minutos (9º Anuário da Segurança Pública/2015); 1 feminicídio a cada 90 minutos (Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil, Ipea/2013); 179 relatos de agressão por dia (Balanço Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher/jan-jun/2015) e 13 homicídios femininos por dia em 2013 (Mapa da Violência 2015/Flasco). A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, institui as medidas de prevenção da

violência contra a mulher. Acerca dessas medidas assinale a afirmativa INCORRETA.

A) O juiz poderá, quando necessário e sem prejuízo de outras medidas, encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento.

B) A integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

C) O destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher.

D) A promoção de estudos e pesquisas, estatísticas e outras informações relevantes, com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia, concernentes às causas, às consequências e à frequência da violência doméstica e familiar contra a mulher, para a sistematização de dados, a serem unificados nacionalmente, e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas.

E) A promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres.

21. (IADES - 2018 – SES-DF)

A violência contra a mulher é fenômeno universal que atinge todas as classes sociais, etnias, religiões e culturas, ocorrendo em populações de diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social. A Organização Mundial de Saúde (OMS) define violência como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

Disponível em: <<http://www.who.int/violenceprevention/approach/definition/en/>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

Pelo alto índice de violência contra a mulher, o Ministério da Saúde elaborou uma nota técnica

com o objetivo de capacitar e equipar os serviços para o diagnóstico dos casos de violência e promoção da assistência adequada, além de ampliar e desenvolver os serviços especializados ou de referência.

Considerando as informações apresentadas, acerca do atendimento às vítimas de violência sexual, assinale a alternativa correta.

A) A abertura prévia de boletim de ocorrência para atendimento inicial às vítimas de violência sexual é obrigatória.

B) O ideal é que o atendimento seja prestado por equipe interdisciplinar. A composição dos membros dessa equipe pode variar conforme a disponibilidade maior ou menor de recursos humanos, e a atuação do profissional médico pode, inclusive, ser dispensada.

C) Na anticoncepção de emergência, o método de Yuzpe consiste na administração combinada de um estrogênio e um progestágeno sintético até 10 dias após a violência sexual.

D) A Lei no 10.778/2003 estabelece a notificação compulsória, no território nacional, dos casos de violência contra a mulher, atendidos em serviços públicos e privados de saúde; contudo, essa notificação ainda não é obrigatória em razão da dificuldade de se contratarem recursos humanos para a realização dos devidos registros.

E) Segundo a lei trabalhista, nos casos em que a violência sexual ocorra durante o percurso do trabalho, a mulher deve ser orientada quanto à importância de realizar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), havendo ou não a necessidade de afastamento do trabalho.

22. (AMEOSC - 2016 - Prefeitura de Palma Sola-SC) São atribuições comuns do SUS descritas pela lei orgânica de saúde, exceto:

A) Elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador.

B) Participação de formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente.

C) Elaboração e atualização periódica do plano de saúde.

D) Utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática.

E) Organização e coordenação do sistema de informação de saúde.

23. (FCC - 2017 - TRT - 11ª Região (AM e RR)) A Lei Orgânica da Saúde estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu exercício. Tanto as ações e serviços públicos como os privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde – SUS são desenvolvidos de acordo com o princípio:

A) da parcialidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, quando a oferta se dá em municípios de pequeno porte.

B) da fracionalidade de assistência, com foco na execução do conjunto das ações e serviços organizados por níveis de complexidade, quer sejam preventivos, curativos, individuais e ou coletivos.

C) do direito de que a informação do estado de saúde das pessoas assistidas fique restrita ao âmbito médico, não podendo ser socializadas aos pacientes, exceto com autorização expressa da direção da unidade de saúde.

D) da organização dos serviços públicos e privados, privilegiando a duplicidade de meios para fins idênticos.

E) da participação da comunidade, respondendo ao pressuposto do controle social.

24. (UEG - 2012 - AGSEP) O SUS conta com instâncias colegiadas previstas na Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe:

A) a Conferência de Saúde destina-se à avaliação e posição de diretrizes para políticas de saúde no Brasil.

B) as Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde são organizados e funcionam conforme legislação aprovada nacionalmente.

C) o Conselho de Saúde é um órgão colegiado, permanente e deliberativo constituído por representação do Ministério da Saúde.

D) o Conselho de Saúde precede a Conferência de Saúde em hierarquia, inclusive na representação dos usuários.

E) A CIB e a CIT tem composição paritária entre usuários e outros partícipes.

25. Conforme artigo “Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões.”, de Leite *et al.*, (2017), existe uma estabilidade na taxa de mortalidade feminina por agressões em nível nacional, porém, independente da evolução temporal e das diferenças socioeconômicas e geográficas, ressalta-se que essa taxa permanece alta no Brasil. Além disso, notou-se uma tendência de aumento nas taxas de mortalidade por agressão de mulheres de 20 a 59 anos no Brasil por Região, 2002 a 2012 em algumas regiões.

Quais regiões apresentaram tendência de aumento?

A) Norte, Sul e Sudeste

B) Nordeste, Centro-oeste e Sudeste

C) Norte, Nordeste, Sul

D) Centro-oeste, Sudeste e Sul

E) Norte, nordeste e Sudeste

26. Conforme artigo “Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões.” de Leite *et al.*, (2017), qual estado apresentou as maiores taxas de óbitos femininos por agressão em 2002, 2007 e 2012?

A) Ceará

B) Amazonas

C) Rio Grande do Sul

D) Espírito Santo

E) São Paulo

27. Conforme Artigo 6 do Decreto N° 1.973, de 1° de agosto de 1996. O direito de toda mulher a ser livre de violência abrange, entre outros:

A) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; e o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

B) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação; e o direito da mulher a ser valorizada e educada com base no comportamento, costumes sociais e culturais sustentados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

C) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação e agressão; e o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

D) o direito da mulher a ser livre de todas as formas de discriminação racial, social e de gênero; e o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

E) o direito da mulher a ser livre de todas as formas violência verbal, física, de gênero, cultural e social; e o direito da mulher a ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e costumes sociais e culturais baseados em conceitos de inferioridade ou subordinação.

28. Segundo Artigo 23 da Lei Nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, referente as Medidas Protetivas de Urgência à ofendida. Poderá o juiz, quando necessário, sem prejuízo de outras medidas:

I- encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento;

II- determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor;

III- determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos;

IV- restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar

V- determinar a separação de corpos.

VI- comunicar ao Ministério Público para que adote as providências cabíveis.

Qual item apresenta todas as afirmações corretas:

A) II, III, IV

B) I, II, III, V

C) II, III, IV, V, VI

D) I, VI

E) I, III, V, VI

29. Conforme Artigo 35 da Lei Nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, referente as Disposições finais. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:

I- centros de atendimento exclusivo para mulheres em situação de violência doméstica e sexual;

II- casas-abrigos para mulheres e respectivos dependentes menores em situação de violência doméstica e familiar;

III- delegacias, núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;

IV- centros de educação e de reabilitação para mulheres

V- programas de enfrentamento da violência doméstica e sexual;

Estão corretos os itens:

A) II, III e IV

B) II e IV

C) I, IV, V

D) II e III

E) I e V

30. De acordo com a Portaria 204, de 17 de fevereiro de 2016 que dispõe sobre a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. A **violência doméstica e/ou outras violências**, deve ser notificada:

A) Semanalmente

B) Mensalmente

C) Imediatamente para a SMS

- D) Imediatamente para a SMS e SES
E) Imediatamente para a SMS, SES e MS

31. De acordo com a Portaria 204, de 17 de fevereiro de 2016 que dispõe sobre a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. **A Violência sexual e tentativa de suicídio**, deve ser notificada:

- A) Semanalmente
B) Mensalmente
C) Imediatamente para a SMS
D) Imediatamente para a SMS e SES
E) Imediatamente para a SMS, SES e MS

32. De acordo com o artigo 5º da Portaria 204 de fevereiro de 2016, a notificação _____ será feita à _____ do local de atendimento do paciente com suspeita ou confirmação de doença ou agravo de notificação compulsória. A exemplo, temos _____ que deve ser realizada conforme o artigo supracitado.

De acordo com o exposto acima, marque a assertiva que completa as lacunas:

- A) Compulsória semanal, Secretaria de Saúde do Município, A violência doméstica e/ou outras violências
B) Compulsória imediata, Secretaria de Saúde do Município, A violência doméstica e/ou outras violências
C) Compulsória semanal, Secretaria de Saúde do Estado, A violência sexual e tentativa de suicídio
D) Compulsória imediata, Secretaria de Saúde do Município, A violência doméstica e/ou outras violências
E) Compulsória imediata, Secretaria de Saúde do Estado, A violência doméstica e/ou outras violências

33. De acordo com a Lei Orgânica da Saúde 8080/90, mais um princípio organizativo foi acrescentado de forma a garantir a organização de atendimento às mulheres e vítimas de

violência doméstica em geral. Que princípio é esse?

A) Organização de atendimento para mulheres e crianças vítimas de violência em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

B) Organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

C) Organização de atendimento público específico e especializado somente para mulheres que são vítimas de violência doméstica e sexual, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

D) Organização de atendimento público universal e integral para mulheres e vítimas de violência doméstica e sexual, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico e cirurgias plásticas reparadoras.

E) Organização de atendimento público universal e integral para mulheres que são vítimas de violência doméstica em geral, que garanta, entre outros, atendimento, acompanhamento psicológico, cirurgias plásticas reparadoras e abrigo em instituições de apoio.

34. (Câmara de Descalvado SP – VUNESP – 2015) Um microcomputador foi desligado de forma indevida, devido a uma queda de energia. Em consequência disso:

A) arquivos importantes do sistema operacional podem ter sido corrompidos.

B) deve-se executar um antivírus imediatamente quando o microcomputador for ligado novamente.

C) deve-se executar o utilitário Limpeza de Disco imediatamente quando o microcomputador for ligado novamente.

D) torna-se necessário realizar a desfragmentação do disco rígido quando o microcomputador for ligado novamente.

E) todos os arquivos temporários existentes ficam perdidos no disco.

35.(CESGRANRIO-2018-BASA/ AM)Durante a navegação na internet utilizando o Google Chrome, o usuário percebeu que o ponteiro do mouse assumiu o formato de uma pequena mão com o indicador apontando, como mostrado na Figura a seguir:



Esse formato de ponteiro indica que o(a):

- A) usuário deve esperar até que toda a página seja carregada pelo navegador.
- B) conteúdo do site foi identificado pelo navegador como sendo alguma espécie de vírus ou malware.
- C) local onde o ponteiro está é um link.
- D) navegador classificou o item como interessante, de acordo com as preferências do usuário.
- E) atenção do usuário é requerida pelo navegador ou pelo site.

36. (AOCP-2018-ITEP/RN) Um arquivo com a extensão **.pptx** pode ser editado por qual aplicativo?

- A) Microsoft PowerPoint 2013.
- B) Microsoft PowerPoint 2003.
- C) LibreOffice Writer.
- D) Microsoft Edge.
- E) LibreOffice Draw.

37. (IF-TO - 2019) Quais são as extensões-padrão dos arquivos gerados pelo LibreOffice Writer e LibreOffice Calc, ambos na versão 5.2, respectivamente?

- A) .odt e .odg
- B) .ods e .odp
- C) .odb e .otp
- D) .otp e .ods
- E) .odt e .ods

38. Assinale a opção que contém apenas dispositivos de saída:

- A) Teclado, Mouse e Caixas de som
- B) Monitor, Impressora e Caixas de som
- C) Monitor, Pendrive, Joystick
- D) Teclado, Pendrive, Impressora
- E) Impressora, Monitor, Teclado

39. Assinale a opção que contém APENAS *hardware*:

- A) E-mail e mouse
- B) Antivírus e pendrive
- C) Mouse e teclado
- D) Sistema operacional Windows 10 e e-mail
- E) Internet Explorer e monitor

40. Assinale a opção que contém APENAS *software*:

- A) Internet Explorer e Sistema Operacional Windows 10
- B) CPU e monitor
- C) Antivírus e mouse
- D) E-mail e teclado
- E) Pendrive e monitor